

## 2

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, descreveremos o quadro teórico no qual se apóia a análise que nos propomos aqui desenvolver. Indicaremos e justificaremos, no que se segue, a adesão geral deste trabalho à perspectiva de linguagem e gramática oferecida nos desenvolvimentos teóricos da chamada Linguística Cognitiva, com destaque para os trabalhos de Lakoff (1987), Sweetser (1990) e Langacker (1999). Apontaremos, além disso, proposições de Palmer (1986) sobre modo e modalidade, que, compatibilizadas com a visão cognitivista aqui adotada, serão pressupostas neste trabalho.

A adesão ao modelo cognitivista permite que se reconheça neste trabalho uma inclinação *funcionalista* (cf. Langacker, 1999, 13). Como bem elucida Salomão (1997, 24), o rótulo “funcionalismo” pode ser aplicado a tendências e vertentes muito diversificadas, de toda persuasão. Contudo, conforme nos diz a autora,

“por muito discrepantes que sejam estas tendências, é fato que todas elas se comprometem a estudar *a sensibilidade da expressão lingüística (e, particularmente, da gramática) às pressões do uso.*”

Há que se distinguir, no entanto, a especificidade com que o funcionalismo cognitivista tende a compreender a noção de *uso*, em contraste com a compreensão desta noção no funcionalismo clássico. Segundo Salomão (1997, 26):

“Ao admitir a amoldabilidade da gramática às pressões do uso, as diversas convicções funcionalistas se prontificam a reconhecer a crucialidade da dimensão contextual na explicação do fenômeno lingüístico.”

No funcionalismo cognitivista, a abordagem é mais ampla: a organização e as escolhas gramaticais refletem a nossa experiência concreta no mundo, o que inclui princípios cognitivos gerais, além de fatores relativos ao contexto específico de produção dos enunciados.

Gostaríamos ainda de ressaltar, antes de iniciarmos a exposição de nossos pressupostos teóricos, que, como muito apropriadamente esclareceu

Langacker (1999, 19), por mais importante que a motivação funcional para a ocorrência de uma estrutura lingüística possa ser, existem estruturas que são convencionalmente determinadas, não podendo ser previstas em detalhes precisos e completos com base em fatores motivantes.

Nesse sentido, acreditamos que optar por uma abordagem funcionalista **não** equivale a negar que possamos fazer algumas generalizações importantes acerca de determinadas estruturas lingüísticas sem que se possa (ou que se queira) indicar as pressões do uso que as motivam. A opção pelo tipo de funcionalismo oferecido na Lingüística Cognitiva se deve também ao fato de que se trata de um modelo compatível com esta última idéia.

Feitas essas colocações iniciais, podemos passar à exposição de nossos pressupostos teóricos. Este capítulo está subdividido em duas seções: na primeira, apresentaremos nossos pressupostos teóricos sobre *categorias gramaticais* e *categorias humanas* de um modo geral e na segunda, os pressupostos teóricos sobre *modalidade e modo*.

## 2.1

### **Sobre categorias gramaticais e categorias humanas de um modo geral**

Como já foi explicitado na Introdução, o foco deste trabalho é o estudo da flutuação existente no emprego do subjuntivo em contextos orais do Português do Brasil. Ao assumir como foco a *flutuação* nas realizações de uma categoria gramatical, julgamos conveniente adotar uma abordagem lingüística que não apenas preveja mas também tematize em seu quadro teórico o jogo entre regularidades e irregularidades que caracteriza o comportamento das categorias gramaticais nas línguas humanas.

Buscando satisfazer esta necessidade, optamos por adotar a abordagem cognitivista da linguagem como referencial teórico sobre categorias gramaticais, uma vez que, como veremos a seguir, tal abordagem oferece subsídios adequados para a realização de nossos propósitos de estudo. Mais especificamente, estaremos trabalhando com as proposições desenvolvidas por Lakoff (1987), que estabelece um ponto de vista divergente do ponto de vista

clássico acerca não somente das *categorias gramaticais* mas das *categorias humanas* de um modo geral.

Considerado como um dos marcos fundadores da Linguística Cognitiva, este trabalho volta-se majoritariamente para os processos humanos de categorização, sustentando que tais processos constituem o modo principal pelo qual damos sentido às nossas experiências. Segundo o autor (1987, xiii), a maior parte de nossos símbolos, ou seja, palavras e representações mentais, não designam coisas particulares ou indivíduos no mundo, como, por exemplo, Ponte Rio-Niterói ou Carlos Drummond de Andrade; a maioria de nossas palavras e conceitos designam categorias.

O autor chama atenção para o fato mais ou menos óbvio de que em nossa movimentação pelo mundo, automaticamente categorizamos pessoas, animais e objetos físicos, não só naturais mas também artificiais. Categorizamos ainda eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais e uma enorme variedade de entidades abstratas. Conseqüentemente, não há nada mais fundamental para nosso pensamento, percepção, ação e linguagem do que a categorização. Isso significa dizer, por exemplo, que todas as vezes em que ou produzimos ou interpretamos enunciados de alguma extensão razoável, estamos empregando inúmeras categorias – tanto *conceptuais*, como as que acabamos de mencionar, quanto *gramaticais*, como categorias de sons da linguagem, de palavras, de frases e de orações (cf. Lakoff, 1987, 5, 6).

A categorização é, pois, tomada por Lakoff como um processo cognitivo básico. Sem a habilidade para categorizar, não poderíamos exercer com precisão e regularidade nossas atividades, seja no mundo físico, seja em nossas vidas sociais e intelectuais. Desse modo, sustenta o autor, faz-se imprescindível atentarmos para uma compreensão mais efetiva de como as categorias conceptuais humanas são construídas.

Uma das teses fundamentais de Lakoff (1987) é que a teoria clássica de que dispomos para explicar os processos humanos de categorização não é adequada. Ao referir-se à concepção clássica, o autor se reporta não a uma teoria defendida por algum autor específico, mas a um conjunto de pressupostos que, no decorrer dos dois últimos milênios, tem sido tomado como nossa base intelectual de modo inquestionavelmente verdadeiro (cf. Lakoff, 1987, 157, 158).

De acordo com o ponto de vista clássico acerca das categorias humanas, estas existem objetivamente “no mundo”, externas aos seres humanos, e são definidas por conjuntos de propriedades essenciais compartilhadas por todos os seus membros (cf. Lakoff, 1987, 8); também possuem sempre fronteiras claras e articulam-se em termos de uma hierarquia taxonômica simples, estruturada do mais geral para o mais específico.

Conforme esclarece Lakoff (1987, 7), a teoria clássica acerca das categorias humanas tem sido colocada em questão por uma série de estudos provenientes de diferentes campos disciplinares, como a biologia, a antropologia, a filosofia, a lingüística e a psicologia cognitiva. Neste último campo, destaca-se o trabalho de Eleanor Rosch, que, segundo Lakoff, apresenta argumentos e evidências bastante contundentes contra a teoria clássica. A seguinte passagem resume o espírito geral da crítica de Rosch:

“Primeiro, se as categorias são definidas apenas pelas propriedades que todos os membros compartilham, então nenhum membro deveria ser melhor exemplo da categoria que outro. Segundo, se as categorias são definidas apenas por propriedades inerentes aos membros, então as categorias deveriam ser independentes das peculiaridades dos seres que categorizam: isto é, elas não deveriam envolver questões tais como neurofisiologia humana, mecanismo do corpo humano, capacidades humanas específicas para compreender, para formar imagens mentais, para aprender e recordar, para organizar as coisas aprendidas, e para comunicar eficientemente.” (apud Lakoff, 1987, 7)

Estudos realizados sobre a natureza da categorização humana têm demonstrado justamente que as categorias, em geral, possuem melhores exemplos (por exemplo, *mesa* é um exemplo melhor da categoria *mobília* do que *criadomudo*); e que todas as capacidades humanas mencionadas por Rosch exercem um papel decisivo na categorização (cf. Lakoff, 1987).

Corroborando e ampliando tais resultados, a pesquisa realizada no quadro teórico da Lingüística Cognitiva, desde os seus primórdios na década de 1980, tem verificado que as categorias conceptuais humanas são basicamente provenientes da conceptualização da experiência (cf. Lakoff, 1987; Sweetser, 1990; Langacker, 1999). Existe uma relação sistemática do pensamento com a experiência, sendo que a experiência humana mais básica se institui a partir do *corpo* – da natureza de suas interações tanto em seus ambientes físicos, quanto sócio-culturais. Isto quer dizer que, se tivéssemos um corpo diferente, se

fôssemos, por exemplo, esféricos ou tivéssemos o aparato visual de um gato, nossos conceitos e categorias poderiam ser outros. As categorias não estão objetivamente “no mundo”, independentes, portanto, das peculiaridades dos seres humanos: se fôssemos como os gatos, não veríamos certas cores; se fôssemos esféricos, as noções *em cima* e *embaixo* não desempenhariam o papel que desempenham em nossos sistemas conceptuais. As categorias humanas são, em suma, “determinadas conjuntamente pelo mundo físico externo, pela biologia humana, pela mente humana, mais considerações culturais” (cf. Lakoff, 1987, 56).

Contrariando a posição clássica, a Linguística Cognitiva inclui então o corpo como uma dimensão central nos processos humanos de categorização. Mas não é só esta a dimensão que este modelo resgata, contrapondo-se à abordagem clássica: para a Linguística Cognitiva, boa parte das categorias humanas, notadamente as abstratas, são construídas a partir de nossa faculdade da *imaginação*.

Assim sendo, processos figurativos tais como a metáfora e a metonímia são instrumentos essenciais do aparato cognitivo humano através dos quais boa parte do nosso sistema conceptual é estruturado. Segundo Lakoff & Johnson (2002, 92, 93), “a metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em termos de outra”, enquanto a metonímia “permite-nos usar uma entidade para *representar* outra”. Embora a metáfora e a metonímia sejam processos de natureza diferente, ambas têm a função básica de propiciar a compreensão e representam um papel considerável na maneira como falamos, pensamos, agimos e conceptualizamos nossa experiência. Como inúmeros conceitos importantes para nós são abstratos, tais como as idéias ou as emoções, por exemplo, procuramos assimilá-los através de outros conceitos que compreendemos de forma mais clara.

Para se ter uma idéia de como o nosso sistema conceptual se constrói do concreto para o abstrato via projeções figurativas, tomemos o seguinte exemplo: a metáfora TEMPO É DINHEIRO. Para conceptualizarmos o tempo, que é um conceito abstrato, usamos nossas experiências cotidianas concretas com dinheiro, com recursos limitados e bens valiosos. Nas palavras de Lakoff & Johnson (2002, 51), “pelo fato de que *agimos* como se o tempo fosse um bem valioso – um recurso limitado, como o dinheiro – nós o *concebemos* dessa forma”. Essa maneira de conceber o tempo permite-nos, pois, dar sentido a um conceito

abstrato em termos concretos, termos esses que podemos entender com base em nossas próprias experiências.

A projeção figurativa sistemática de dimensões concretas (e corpóreas) de nossa experiência para o campo de nossas experiências mais abstratas desempenha, portanto, um papel crucial na arquitetura de nossos sistemas conceptuais, tendo particular relevância, como veremos, para o entendimento da expressão da modalidade, categoria que nos interessa mais de perto neste trabalho.

Seja como for, o importante a enfatizar agora é que, essencialmente dependentes da experiência dos seres humanos no mundo, uma experiência em larga escala determinada pelo corpo e pela imaginação, as categorias humanas muito se diferenciam das categorias clássicas.

Em primeiro lugar, possuem muitas vezes fronteiras pouco definidas, especialmente se envolvem escalas ou gradações. Categorias como *pessoas ricas* ou *homens altos*, por exemplo, apresentam limites pouco nítidos devido à existência de gradações de riqueza e de altura e à interferência de fatores culturais (cf. Lakoff, 1987, 56).

Também não se articulam em termos de uma hierarquia taxonômica simples estruturada do mais geral para o mais específico mas sim a partir de um nível intermediário, cognitivamente mais básico, nem muito geral nem muito específico. Isso se deve a fatores físicos e psicológicos, tais como facilidade de percepção, de aprendizagem, de memorização e de uso, capacidade para formar uma imagem mental e da recorrência de interações motoras. Numa estrutura taxonômica clássica, teríamos, por exemplo, uma organização do tipo *móvel* → *mesa* → *criado-mudo*, orientada do mais geral para o mais específico. Na teoria cognitiva da categorização, teríamos como categoria cognitiva básica não a mais geral (móvel), nem a mais particular (criado-mudo), mas antes a intermediária (mesa). E isto porque é aquela mais fácil de perceber, de memorizar, de formar imagens mentais, é aquela para a qual há um padrão de interação motora recorrente e bem definido (cf. Lakoff, 1987, 13, 56).

Ao contrário das categorias clássicas, as categorias conceptuais humanas estabelecem ainda relações de *semelhança familiar*, ou seja, os membros de uma categoria podem estar relacionados uns aos outros sem que todos possuam um conjunto de propriedades em comum que defina a categoria. Um

exemplo é a categoria *jogo*, uma vez que não existe um conjunto de propriedades comuns compartilhadas por todos os jogos. Alguns envolvem mero divertimento como “brincar de roda”, no qual não há competição, nenhuma vitória ou derrota, embora em outros jogos como dama e pôquer haja. Alguns jogos envolvem sorte como jogos de tabuleiro em que um arremesso de dados determina cada movimento. Outros, por sua vez, envolvem habilidade, como xadrez. Outros, ainda, como jogos de baralho, envolvem tanto sorte quanto habilidade. Em resumo, pode-se dizer que jogos são semelhantes uns aos outros de vários modos, o que torna possível que dois membros de uma mesma categoria, como *jogo*, pouco ou nada tenham em comum entre si. Isto, e não uma coleção única e bem definida de propriedades comuns, é que define a categoria *jogo*, o mesmo valendo para as categorias humanas de forma geral (cf. Lakoff, 1987, 12).

Por fim, cabe destacar e reforçar um aspecto central, já mencionado de passagem, acerca das categorias conceptuais humanas: organizam-se de modo a apresentar efeitos de prototipia, isto é, de modo a apresentar assimetrias entre seus membros. Isso significa dizer que alguns membros de uma categoria podem ser mais centrais ou melhores exemplos (exemplos prototípicos) daquela categoria que outros, considerados menos típicos ou mais periféricos. Dessa forma, *pardal* e *canário* são membros mais representativos da categoria *ave* do que *galinha*, *pingüim* ou *avestruz*, por exemplo (cf. Lakoff, 1987, 12, 56).

A partir desta caracterização das categorias humanas, proposta no cognitivismo, percebe-se que os processos humanos de categorização são complexos e baseados em princípios que vão muito além daqueles considerados pela teoria clássica.

Até agora, no entanto, estivemos falando principalmente de categorias *conceptuais*, sem mencionar especificamente qualquer coisa acerca de categorias *gramaticais*, como, por exemplo, a do *subjuntivo*, objeto deste trabalho.

É uma hipótese básica do cognitivismo que a linguagem é um reflexo e uma decorrência de nossas estruturas conceptuais. Assim sendo, todas as características acima mencionadas não ocorreriam apenas na estrutura conceptual, mas também na estrutura lingüística. A razão para tal consiste no fato de que, para os cognitivistas, a língua não é um sistema “modular”, *independente* do resto da cognição, conforme assumem as teorias de tendência formalista, mas sim faz uso de nossos mecanismos cognitivos gerais. Segundo Lakoff (1987, 58):

“As categorias lingüísticas devem ser do mesmo tipo de outras categorias em nosso sistema conceptual. Mais particularmente, demonstram efeitos de prototipia e de organização de nível básico.”

A tese de que as categorias gramaticais apresentam efeitos de prototipia tem especial relevância neste trabalho, razão pela qual julgamos conveniente dedicar-lhe uma seção em separado.

### 2.1.1

#### Efeitos de prototipia nas categorias gramaticais

De acordo com Lakoff (1987, 59), o fato de que as categorias gramaticais apresentam efeitos de prototipia tem sido indiretamente reconhecido na própria tradição dos estudos lingüísticos. Muito embora isso não se dê de forma explícita, alguns dos constructos teóricos fundadores na história da Lingüística traduziriam, para o autor, a intuição de que as categorias gramaticais, assim como as demais categorias humanas, não funcionam segundo os moldes clássicos – são *assimétricas*, apresentam *gradações* e envolvem *melhores e piores exemplos*.

A noção estruturalista fundadora de *marcação* (cf. Câmara Jr., 1996b), ou seja, a noção de que membros de algumas categorias possuem uma “marca” ao passo que outros são “não marcados” seria, para Lakoff, um dos exemplos mais notáveis desse reconhecimento implícito de que as categorias gramaticais não funcionam de acordo com o modelo clássico, seja no plano morfossintático, seja no fonológico, seja no semântico (cf. Lakoff, 1987, 59).

Consideremos, por exemplo, a marcação na categoria **morfológica** de número. O plural tem uma “marca”, o morfema –s, como em *meninos*, enquanto o singular carece de qualquer “marca” evidente, como em *menino*. Dessa forma, singular e plural, dois membros da categoria de número em português, mostram uma assimetria: o singular é o membro não marcado da categoria. A hipótese para a fonte de assimetria é a de que o singular seria cognitivamente mais simples do que o plural, sendo que sua simplicidade de cognição se refletiria na simplicidade da forma. Assimetria semelhante pode ser observada na categoria **fonológica** das *consoantes*, subdivididas em surdas (não marcadas quanto à sonoridade) e sonoras (articuladas com o acréscimo da “marca” da vibração das cordas vocais). A



hipótese para a fonte de assimetria aqui seria a maior facilidade de articulação das consoantes surdas em relação às consoantes sonoras. As consoantes surdas podem ser vistas, portanto, como *melhores exemplos* de consoantes do que as sonoras, fato que se comprova quando se considera que, nas línguas do mundo, se ocorre apenas um tipo de consoante, haverá somente consoantes surdas. Vejamos, ainda, a marcação em oposições **semânticas**. O par *alto-baixo*, por exemplo, não é completamente simétrico. Se fosse, seria de se perguntar por que se diz “*Qual a altura dele?*” e não “*Qual a baixura dele?*”. Somente um membro do par *alto-baixo* pode ser usado com um significado neutro, a saber, *alto*. Como isso ocorre em casos em que o contraste é neutralizado, *alto* é o membro não marcado. A hipótese para a fonte de assimetria é a de que o membro *alto*, não marcado, é cognitivamente mais básico do que o membro *baixo*, marcado (cf. Lakoff, 1987, 59, 60).

A marcação que se verifica nos exemplos mencionados descreve um tipo de efeito de prototipia, qual seja, a assimetria em uma categoria, na qual um membro ou subcategoria é tomado como mais básico do que outro (ou outros). Assim sendo, o membro não marcado da categoria é o valor *default* – o membro da categoria que ocorre quando somente um membro da categoria pode ocorrer.

Outros constructos teóricos tão fundamentais para a Linguística quanto o de marcação, quando revisitados à luz da abordagem cognitivista, parecem acomodar a intuição de que as categorias gramaticais comportam-se de forma não clássica, apresentando efeitos de prototipia. Como ficará claro nos exemplos dados a seguir, isso se verifica novamente nos diferentes níveis de análise linguística, seja na fonologia, na morfologia, na sintaxe ou na semântica.

No nível fonológico, pode-se citar a própria distinção básica entre *fone* e *fonema*. Um fone é uma unidade da fala, enquanto um fonema é um elemento cognitivo mais abstrato. Por exemplo, o fonema /k/ em inglês apresenta diferentes possibilidades de realização, ou seja, dependendo da palavra em que ocorre, pode ser pronunciado como velar aspirada [k<sup>h</sup>], como palatal aspirada [k<sup>ʰ</sup>], como velar não aspirada [k] ou como palatal não aspirada [k<sup>ʷ</sup>]. Os falantes de inglês percebem esses fones como sendo exemplos do mesmo fonema /k/. Existem outras línguas, no entanto, em que [k<sup>h</sup>] e [k] são exemplos de fonemas diferentes, e outras ainda em que [k<sup>ʷ</sup>] e [k] são exemplos de fonemas diferentes (cf. Lakoff, 1987, 61).

Jaeger (1980, *apud* Lakoff, 1987, 61), com base em evidências experimentais, sugere que os fonemas são categorias de fones baseadas em protótipos. Assim, o fonema /t/ em português é uma categoria consistindo dos fones [t] e [t̚], tendo a oclusiva dental surda [t̚] como membro prototípico. As categorias fonêmicas em geral são entendidas em termos de seus membros prototípicos. Os fones não prototípicos são relacionados ao protótipo por regras fonológicas. Os resultados do estudo de Jaeger indicam que a categorização fonológica, como outras categorizações cognitivas, mostra efeitos de prototipia e apontam na direção de uma unificação da fonologia e outros aspectos da cognição.

Para ilustrar o modo como os efeitos de prototipia podem se manifestar no plano morfológico, Lakoff (1987, 62, 63) cita o estudo de Bybee & Moder (1983). Os autores demonstraram que um determinado conjunto de verbos do inglês, *string*, *spin*, *win*, *cling*, *fling*, *sling*, *sting*, *swing*, *wring*, *hang*, *stick*, *strike*, *slink*, *sneak*, *dig*, que formam seu passado com [ʌ], e alguns outros que desenvolveram recentemente uma forma de passado semelhante em certos dialetos como *bring* e *shake*, por exemplo, constituem uma categoria morfológica que mostra efeitos de prototipia. Com base em resultados experimentais, os autores argumentam que a categoria tem um protótipo com as seguintes propriedades:

- (i) começa com *s* seguido de uma ou duas consoantes;
- (ii) termina com velar nasal;
- (iii) tem vogal inicial alta.

Embora os verbos da categoria não possam ser definidos por características comuns, todos estabelecem relações de semelhança familiar com este protótipo. *String*, *sling*, *swing* e *sting* possuem exatamente todas as propriedades do protótipo. *Cling*, *fling* e *bring* possuem apenas duas propriedades do protótipo: têm duas consoantes iniciais e a vogal inicial alta, mas não começam com *s*. *Spin* e *stick* também possuem apenas duas propriedades do protótipo: começam com *s* e têm a vogal inicial alta, mas não terminam com a velar nasal. Já *win* possui apenas uma propriedade do protótipo: tem vogal inicial alta, mas não começa com *s* e não termina com a velar nasal. Dessa forma, essa categoria pode ser definida como tendo um membro central mais uma caracterização de

diferenças fonológicas mínimas como a falta do *s* inicial, a falta da velar nasal final, uma vogal inicial diferente, dentre outras.<sup>1</sup>

Já no que diz respeito aos efeitos de prototipia no nível sintático, diversos estudos já demonstraram que quase toda categoria sintática na língua apresenta efeitos de prototipia, incluindo tanto classes sintáticas como substantivo, verbo, adjetivo, preposição, dentre outras, quanto construções sintáticas como, por exemplo, passiva, relativa e topicalização (cf. Lakoff, 1987, 63-67).

Tomemos o estudo de Dowty (1990, *apud* Saeed, 1997, 150-152) para exemplificar os efeitos de prototipia na categoria sintática *sujeito*. Nele, o autor propõe um protótipo da categoria contendo as seguintes propriedades de “proto-agente”:

- (i) envolvimento volicional no evento ou estado;
- (ii) “sentience” (percepção);
- (iii) causação de um evento ou mudança de estado em outro participante;
- (iv) movimento (relativo à posição de outro participante).

Alguns argumentos, tais como *João*, em “João limpou a casa”, apresentam as quatro propriedades; outros como *Pedro*, em “Pedro deixou cair o vaso”, não apresentam volição; outros ainda como *tempestade*, em “A tempestade destruiu a casa”, não apresentam volição nem percepção; já argumentos como *Ana*, em “Ana sentiu a quentura da água”, apresentam apenas percepção; enquanto argumentos como *faca*, em “A faca cortou a carne”, apresentam causação e movimento; e assim por diante.

O argumento que apresenta um número maior de propriedades de “proto-agente” será lexicalizado como o sujeito do predicado. Isso significa dizer que alguns membros da categoria sujeito serão melhores exemplos que outros.

Todos estes estudos corroboram o que já foi dito acerca das categorias gramaticais, isto é, que as mesmas se organizam internamente segundo os mesmos princípios que orientam a estruturação das categorias conceptuais, apresentando, mais especificamente, efeitos de prototipia.

---

<sup>1</sup> Faz-se importante mencionar que fato similar ao dos verbos ingleses ocorre em português com os verbos irregulares da 3ª conjugação, de modo que um estudo cognitivista acerca do fenômeno seria bastante proveitoso, inclusive para o ensino de português para estrangeiros, área em que o assunto é fonte de notórios problemas.

A relevância da noção de protótipo reside, pois, fundamentalmente, na flexibilidade que lhe é própria, uma vez que, conforme esclarece Miranda (2000, 153):

“A flexibilidade característica da noção de protótipo traz a vantagem de permitir acomodar novas categorias ainda desconhecidas, mas que, como membros periféricos, podem vir a se associar a uma categoria prototípica, sem provocar uma reestruturação fundamental no sistema categorial e assegurando alguma estabilidade.”

É com base nesta caracterização de categorias gramaticais oferecida pela abordagem cognitivista, ou seja, com base em uma *categorização por protótipos*, que desenvolveremos nosso estudo sobre a flutuação existente no emprego do subjuntivo em português.

Como veremos, há razões para crer que as categorias *modalidade*, *modo* e *subjuntivo*, centrais para este estudo, apresentam efeitos de prototipia, além de manifestarem outras características importantes dos processos de categorização humana, assim como descritos pelos cognitivistas, notadamente a incidência de projeções figurativas.

## 2.2

### Sobre modalidade e modo

A **modalidade** tem sido objeto de inúmeros estudos realizados sob a perspectiva de diferentes abordagens lingüísticas, recebendo tratamentos que ora privilegiam critérios sintáticos, ora critérios semânticos, ora, mesmo, critérios pragmáticos, ou, ainda, uma combinação entre eles. Dentre os diversos estudos existentes acerca da modalidade, podemos destacar a obra *Mood and Modality* de Palmer (1986); o estudo semântico-cognitivista desenvolvido por Sweetser (1990, 49-75); o estudo realizado por Mateus et alii (1989, 102-110), no qual se mesclam critérios sintáticos e semânticos; o estudo de base funcionalista apresentado por Neves (1996, 163-199), em que a autora procura integrar sintaxe, semântica e pragmática; o estudo com enfoque pragmático produzido por Koch (2000, 74-88); bem como o estudo de caráter sócio-cognitivista de Miranda (2000, 135-183).

Neste trabalho, a categoria da modalidade e também a do modo estarão sendo compreendidas, à luz da abordagem cognitivista por nós adotada, como categorias assimétricas que apresentam efeitos de prototipia, possuem fronteiras pouco definidas e estabelecem relações de semelhança familiar (cf. seção 2.1).

### 2.2.1

#### Modalidade

Enquanto categoria universal, a modalidade parece resistir a uma caracterização semântica geral (cf. Palmer, 1986, 1). Nesse sentido, a concepção cognitivista das categorias gramaticais parece especialmente apta, já que *prevê* que muitos sentidos podem associar-se a uma mesma categoria sem que seja necessário haver um só sentido essencial, que compareça em todas as suas instâncias.

Em que pese, no entanto, a dificuldade de se enunciar uma função semântica geral para a modalidade, há um sentido bastante amplo adotado por Palmer (1986, 2), com base na abordagem clássica de Lyons (1977, 452), que parece ser aquele mais tipicamente associado à categoria da modalidade nas línguas do mundo e que será por nós pressuposto neste trabalho: a modalidade é uma categoria geral com a qual os falantes expressam suas opiniões ou atitudes acerca do que dizem ou da situação a que se referem.

Assim compreendida, a modalidade pode ser entendida sob o pano de fundo da *teoria dos atos de fala* (cf. Searle, 1995, 19-31), uma vez que esta diz respeito à “relação entre o falante e aquilo que ele diz” (cf. Palmer, 1986, 13). De acordo com Searle, existem 5 categorias básicas de atos de fala:

Assertivos: comprometem o falante, em diferentes graus, com o fato de algo ser o caso; expressam crenças do falante (exs.: Está chovendo// Acho que está chovendo// Talvez esteja chovendo, etc.);

Diretivos: têm como propósito, em graus variáveis, levar o ouvinte a fazer algo (exs.: Venha aqui imediatamente// Quero que você venha aqui// Gostaria muito que você viesse aqui// Não permito que você venha aqui, etc.);

Compromissivos: comprometem o falante, em graus variáveis, com uma determinada linha futura de ação (exs.: Prometo que compro seu carro// Pretendo comprar o seu carro, etc.);

Expressivos: expressam estados psicológicos (sentimentos) do falante a respeito de um estado de coisas (exs.: Lamento que você tenha se machucado// Agradeço muito o seu convite// É uma pena que ele tenha perdido o vôo, etc.);

Declarações: têm como propósito fazer com que um estados de coisas exista (exs.: Renuncio ao cargo// Eu vos declaro marido e mulher// Você está demitido, etc.).

Segundo Palmer, a modalidade é, nas línguas do mundo, uma categoria tipicamente associável à realização de atos de fala *assertivos* e *diretivos*. Menos tipicamente, pode associar-se à realização de atos de fala *expressivos* e *compromissivos* (cf. Palmer, 1986, 13-14).

A caracterização da modalidade em termos dos diferentes tipos de atos de fala a que tende a se associar encontra um paralelo na sua caracterização mais clássica, enraizada nos desenvolvimentos da Lógica Filosófica. De um ponto de vista clássico, três diferentes tipos de modalidade têm sido considerados: a modalidade *alética*, que se relaciona ao valor de *verdade* das proposições; a modalidade *deôntica*, que se relaciona à *conduta*; e a modalidade *epistêmica*, que se relaciona ao *conhecimento* (cf. Sweetser, 1990, 49-65; Mateus et alii, 1989, 103, 104; Neves, 1996, 171, 172; Campos, 1997, 135, 136; Koch, 2000, 74-88; Miranda, 2000, 137).

A modalidade alética, embora seja útil à lógica formal, já que, nos termos de Neves (1996, 171), está ligada ao “equacionamento veredictório das proposições”, tem pouca relevância quando se trata da análise de línguas naturais, pois, como afirma Palmer (1986, 11), não há nenhuma distinção entre o que é logicamente verdadeiro e o que o falante acredita ser verdadeiro. Também Neves (1996, 171, 172) considera a modalidade alética periférica nas línguas naturais devido ao fato de que as condições de verdade de um enunciado dependem do processo de enunciação. Em outras palavras, não há enunciado portador de uma verdade que não seja “filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante”.

Assim sendo, apenas as modalidades deôntica e epistêmica constituem a “base tipológica da expressão lingüística da modalidade” (cf. Miranda, 2000, 137), uma vez que se adequam à investigação da ocorrência dessa categoria em enunciados efetivamente produzidos em uma língua.

A definição exata do que sejam as modalidades deôntica e epistêmica é algo variável nos estudos lingüísticos que se valem dessas categorias (cf.

Palmer, 1986, 4). Neste trabalho, estaremos pressupondo as definições “alargadas” encontradas em Palmer (1986) e, em considerável medida, reproduzidas em Sweetser (1990).

Em um sentido geral “alargado”, a modalidade *deôntica* pode ser caracterizada como aquela que “contém um elemento de vontade”, relacionando-se à “ação realizada por outros e pelo próprio falante” (cf. Palmer, 1986, 96; Koch, 2000, 80). A modalidade deôntica é tipicamente associada à expressão da atitude do falante em relação aos valores de dever – obrigação e permissão (cf. Sweetser, 1990, 49), como podemos verificar nos exemplos a seguir:

(11) *Os usuários da biblioteca têm que devolver os livros na data prevista.* (obrigação)

(12) *Em dias úteis, o laboratório de informática pode ser utilizado até as 18:00h.* (permissão)

Assim caracterizada, a modalidade deôntica associa-se tipicamente à produção de atos de fala *diretivos* (cf. Palmer, 1986, 97). A definição de Palmer é suficientemente ampla, no entanto, para incluir também sob a modalidade deôntica a expressão da *volição* de um modo geral (cf. Neves, 1996, 172, 187), o que nos autoriza a reconhecê-la em um exemplo como:

(13) *Quero que você viaje comigo no carnaval.* (volição)

Nesse caso, a modalidade deôntica estaria, em princípio, associada à produção de atos de fala *expressivos*. Palmer, de fato, chega a incluir ainda em seu capítulo sobre a modalidade deôntica exemplos como:

(14) *Lamento que ele venha!*

Nesse último caso, teríamos um ato de fala expressivo não propriamente volitivo, mas antes “avaliativo”, no sentido de que indica a “atitude do falante em relação a fatos conhecidos” (cf. Palmer, 1986, 119).

O autor (1986, 97) reconhece, entretanto, que o estatuto da modalidade em atos de fala *expressivos* – volitivos e avaliativos – é “aberto à dúvida”. No caso dos volitivos, estes são modais no sentido de que envolvem não-factibilidade, e são mais como os modais deônticos no que dizem respeito à ação possível. É muito comum, além disso, que estruturas tipicamente utilizadas para a expressão da volição sejam performativamente utilizadas para a realização de atos de fala diretivos de tipo *indireto*: um enunciado como *Quero que você venha aqui*, por exemplo, pode ser utilizado de forma indireta para realizar o mesmo ato de fala diretivo que seria atribuído paradigmaticamente a um enunciado como *Venha aqui* (cf. Levinson, 1983; Palmer, 1986). Por essa razão, estaremos, assim como Palmer, considerando construções como (13) como instâncias da modalidade deôntica, tipicamente associadas à produção de atos de fala *diretivos*. Já no caso dos avaliativos, estes parecem se relacionar a proposições factuais e possivelmente não são modais, embora sejam frequentemente tratados como se fossem nos sistemas gramaticais de algumas línguas do mundo, incluindo-se aí o português *que*, como ilustra o exemplo (14), marca com o modo subjuntivo o verbo da oração subordinada (cf. Palmer, 1986, 97).

No que tange à modalidade *epistêmica*, de acordo com a definição ampliada de Palmer, esta não só se aplica aos “sistemas modais que basicamente envolvem as noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema modal que indique o grau de compromisso do falante com o que ele diz” (cf. Palmer, 1986, 51). Vemos que, assim caracterizada, a modalidade epistêmica associa-se tipicamente à realização de atos de fala *assertivos*, incluindo-se aí, segundo Palmer (1986, 51-54), as seguintes subclasses:

Julgamentos: o falante faz suas afirmações com dúvida, apresentando-as como hipóteses, e sujeitando-as, portanto, a questionamentos e à comprovação pelos fatos (exs.: Acho que ele não vem// Talvez ele venha// Certamente ele vem, etc.);

Evidenciais: o falante faz suas afirmações com relativa confiança, sujeitando-as a questionamentos por parte do ouvinte, mas indicando a fonte da informação oferecida – evidências dos sentidos, relatos de terceiros, etc. (exs.: Pelo barulho, está chovendo// Me disseram que está chovendo, etc.);

Declarativos: o falante faz suas afirmações apresentando-as como fatos, sem indicar que estão sujeitas a questionamentos ou à comprovação empírica posterior (exs.: Ele vem// Está chovendo, etc.).



Nos termos de Palmer (1986, 51), os atos de fala *declarativos* podem ser considerados como os membros “não-marcados” ou “não-modalizados” de um sistema epistêmico. Quanto aos *juízos* e *evidenciais*, o autor (1986, 53) observa que algumas línguas têm apenas um desses dois sub-sistemas da modalidade epistêmica. Este é o caso do português, que marca gramaticalmente apenas juízos, sem apresentar qualquer sistema gramatical organizado para a marcação da evidencialidade. Neste trabalho, estaremos, portanto, focalizando como tipicamente associada à modalidade epistêmica a noção de juízo, assim como descrita acima.

Tomando o ponto de vista cognitivista que orienta este trabalho, os resultados do estudo de Palmer sobre as modalidades deôntica e epistêmica nas línguas do mundo podem ser interpretados da seguinte forma:

**Mais prototipicamente**, a modalidade deôntica associa-se à expressão das noções de **permissão** e **obrigação** em atos de fala **diretivos** (diretos ou indiretos); **menos prototipicamente**, associa-se a atos de fala **expressivos**.

Já a modalidade epistêmica associa-se **prototipicamente** à expressão do **grau de comprometimento do falante** em relação ao que diz, em atos de fala **assertivos**, por meio de juízos e, em algumas línguas, também por meio de enunciados evidenciais.

Caracterizados os dois “membros” básicos da categoria da modalidade – a esfera deôntica e a esfera epistêmica –, é importante registrar agora que esta categoria como um todo parece apresentar a **assimetria** típica das categorias humanas de um modo geral. Esta é a hipótese de Sweetser (1990), para quem a **modalidade deôntica** é cognitivamente **mais básica** (mais prototípica) do que a modalidade **epistêmica**.

Em muitas línguas, os verbos modais podem ser interpretados tanto como deônticos, quanto como epistêmicos (cf. Palmer, 1986, 19, 96; Sweetser, 1990, 49). Vejamos o seguinte exemplo:

(15) *Você pode sair mais cedo do serviço.*

Pode-se interpretá-lo como um exemplo de modalidade deôntica:

(16) *Você tem minha permissão para sair mais cedo do serviço.*

Mas é também possível interpretá-lo como um exemplo de modalidade epistêmica:

(17) *É possível você sair mais cedo do serviço.*

O fato de que a modalidade deôntica e a modalidade epistêmica podem apresentar esse tipo de ambigüidade tem sido reconhecido há muito tempo e tem levado os lingüistas a investigar o que essas modalidades têm em comum e se um tipo de modalidade se desenvolveu a partir do outro (cf. Sweetser, 1990, 49; Saeed, 1997, 127).

O que se observa, na maioria das vezes, é que muitos lingüistas tratam a variação sistemática de sentido nos verbos modais como casos de homonímia e não de polissemia, caracterizando como deônticos aqueles significados que denotam obrigação ou permissão no mundo real e como epistêmicos aqueles significados que denotam necessidade, probabilidade ou possibilidade com base no raciocínio, e assumindo que, seja qual for o desenvolvimento histórico que eles possam ter tido, a modalidade deôntica e a epistêmica não estão sincronicamente relacionadas (cf. Sweetser, 1990, 50, 51).

Contra-pondo-se a esse ponto de vista, Sweetser (1990, 50) argumenta que os verbos modais não têm dois sentidos separados, não relacionados mas sim demonstram uma *extensão* do sentido deôntico básico para o domínio epistêmico. Tal posicionamento incide, inclusive, na terminologia utilizada pela autora que, ao se referir à modalidade deôntica, utiliza o termo *root* (raiz) em lugar do termo *deontic* (deôntico). Para Sweetser (1990, 152), o termo *raiz*, além de ser um termo mais amplo, já que alguns podem tomar o termo deôntico como indicativo de obrigação puramente social ou moral, reflete sua inclinação em direção a uma análise do significado modal epistêmico *enraizado* na modalidade (de raiz) sociofísica.

Essa proposta de análise dos verbos modais desenvolvida por Sweetser (1990, 49-75) em princípio pode aplicar-se, de modo geral, à categoria da modalidade em todas as suas possíveis manifestações e, portanto, à modalidade expressa como *modo*, caso que nos interessa mais de perto neste trabalho, cujo foco é justamente o *modo subjuntivo*. Passaremos, pois, a apresentá-la mais detalhadamente.

Sweetser (1990) toma como pressupostos as proposições cognitivistas de Lakoff (1987), Lakoff & Johnson (1980 [2002]), dentre outros. Para a autora (1990, 49), um sistema de metáforas generalizado e coerentemente estruturado forma a base de nossa tendência a usar o vocabulário do domínio externo (sociofísico) ao falarmos do domínio interno (emocional e psicológico). Historicamente, esse sistema metafórico tem guiado o curso de numerosas mudanças semânticas e, sincronicamente, é representado por várias palavras polissêmicas e usos estendidos do vocabulário do mundo físico, conforme vimos na seção 2.1. A modalidade, por exemplo, demonstra ambigüidade sincrônica entre os mundos externo e interno.

Analisando os verbos modais ingleses, Sweetser (1990, 50) afirma que, historicamente, os mesmos se desenvolveram a partir de significados não-modais para significados modais deônticos e, mais tarde, ampliaram-se para incluir também as interpretações epistêmicas. As mudanças históricas passadas nesse domínio foram modeladas por um sistema semântico geral que provavelmente tinha motivação psicolinguística inerente. Tais evidências históricas e psicolinguísticas somadas a evidências sociolinguísticas advindas de estudos acerca da linguagem infantil, que têm revelado que as crianças adquirem os sentidos deônticos dos verbos modais mais cedo do que os sentidos epistêmicos, propiciam que se veja o uso epistêmico dos modais como uma extensão de um sentido deôntico mais básico, e não que se veja o sentido deôntico como uma extensão do sentido epistêmico, ou até mesmo que ambos sejam vistos como um subconjunto de algum sentido mais geral.

Nesse sentido, os significados modais deônticos são estendidos para o domínio epistêmico. De acordo com Sweetser (1990, 50),

“[...] precisamente porque nós geralmente usamos a língua do mundo externo para aplicar ao mundo mental interno, que é estruturado metaforicamente como paralelo ao mundo externo. Dessa forma, nós consideramos nossos processos de raciocínio como estando sujeitos a compulsões, obrigações, e outras modalidades, exatamente como nossas ações no mundo real estão sujeitas a modalidades da mesma espécie.”

Um dos principais obstáculos para uma compreensão unificada da modalidade, ou seja, para uma análise da modalidade deôntica engrenada com a modalidade epistêmica, nos termos de Sweetser (1990, 51), reside no fato de que

as análises semânticas da modalidade deôntica não são relacionadas à necessidade ou à probabilidade lógicas. Os significados modais deônticos são freqüentemente considerados como predicados que envolvem obrigação, enquanto os significados modais epistêmicos são considerados como combinações de operadores lógicos.

Assim sendo, a autora propõe uma análise da modalidade, tanto deôntica quanto epistêmica, em termos do tratamento lingüístico do esquema de *causalidade* como imposição de forças e como suspensão de barreiras, que constitui a hipótese da *dinâmica de forças*, sugerida por Talmy (1981, 1988, *apud* Sweetser, 1990, 51, 52).

A perspectiva assumida por Sweetser acerca da modalidade, seja no domínio deôntico, seja no domínio epistêmico, é que esta tem na hipótese da dinâmica de forças a noção que a origina. Isso significa dizer que a motivação conceptual do “esquema de causalidade intencional” (cf. Sweetser, 1990, 52) viria da experiência física da dinâmica de forças. Desse modo, a extensão metafórica do esquema de causalidade intencional no domínio social formaria o conteúdo deôntico da modalidade e, no domínio conceptual, formaria o conteúdo epistêmico da modalidade. Assim, como bem elucida Miranda (2000, 148):

“Esses dois domínios da modalidade, vistos tradicionalmente como campos semânticos díspares, passariam, pois, a ser recobertos por uma mesma base cognitiva, com motivação semântica unificada.”

Vejamos a explicitação do que foi dito através dos seguintes exemplos:

(18) *Mariana deve comprar um apartamento maior.*

(19) *Mariana pode comprar um apartamento maior.*

Em ambos os exemplos há a possibilidade tanto de uma interpretação deôntica quanto de uma interpretação epistêmica do predicado modal. A interpretação deôntica do exemplo (18) corresponderia à imposição de força de alguém que determina uma obrigação para Mariana no domínio da ação, isto é, no domínio do mundo real. Já sua interpretação epistêmica corresponderia à imposição de força ao raciocínio, que provém de premissas que levam a crer na certeza de o estado de coisas enunciado vir a ocorrer. No que se refere ao exemplo

(19), verifica-se que a interpretação deôntica corresponderia à suspensão de barreiras por alguém que dá permissão para Mariana também no domínio da ação, enquanto a interpretação epistêmica corresponderia à suspensão de barreiras ao raciocínio, que provém de premissas que induzem a concluir sobre a possibilidade de o estado de coisas enunciado vir a ocorrer (cf. Miranda, 2000, 149, 150).

Esse tipo de análise permite-nos, pois, reconhecer que a conexão entre o uso deôntico e o uso epistêmico de cada predicado modal é um exemplo de polissemia, ou seja, os diferentes usos são semanticamente relacionados através da extensão metafórica do esquema de forças e barreiras do mundo social para nosso raciocínio interno (cf. Saeed, 1997, 318).

Nos termos de Sweetser (1990, 69):

“[...] nossa razão para aplicar os mesmos verbos modais ao mundo real e ao mundo epistêmico reside no fato de que vemos o mundo epistêmico como tendo uma estrutura de dinâmica de forças paralela à do mundo real.”

Tal abordagem semântico-cognitivista acerca da modalidade representa, pois, uma grande mudança em relação às abordagens quer de cunho prioritariamente gramatical, quer de cunho prioritariamente semântico que, trabalhando a modalidade a partir de categorias lógico-formais, deixam de levar em conta a relação entre modalidade e esquema conceptual de causa como imposição de forças/suspensão de barreiras, essencial para a análise da forma lingüística.

Além disso, conforme já se disse, a hipótese de Sweetser (1990) de que a **modalidade deôntica** é cognitivamente mais básica e, portanto, **mais prototípica** do que a **modalidade epistêmica** fortalece a idéia por nós pressuposta neste trabalho de que, à luz da abordagem cognitivista, a **categoria da modalidade** pode ser caracterizada como uma categoria **assimétrica**.

Até o momento temos nos concentrado na caracterização das possíveis vocações *semântico-pragmáticas* (mais e menos prototípicas) associáveis à categoria da modalidade. Passaremos agora a apresentar as possíveis *estruturas morfossintáticas* (mais e menos prototípicas) com as quais esta categoria é expressa.

A modalidade aparece **mais clara e prototipicamente** em **orações principais** por meio de **verbos modais** (cf. Palmer, 1986, 33; Sweetser 1990, 49-

75; Miranda, 2000, 153). Podem também expressar a modalidade nas orações principais outros recursos lingüísticos tais como: a utilização de adjetivos em posição predicativa, expressando tanto necessidade (*é claro, certo*), como probabilidade (*é provável*) e possibilidade (*é possível*); bem como a utilização de verbos de significação plena, indicadores da opinião, da crença ou do saber do falante (*achar, acreditar, saber*); a utilização de advérbios modalizadores (*necessariamente, certamente, provavelmente, possivelmente, talvez*) que podem ou não estar associados a um verbo auxiliar modal; também a utilização da categoria gramatical dos tempos verbais; além da utilização de conjunções (*se, mesmo que*) (cf. Saeed, 1997, 125, 126; Neves, 1996, 166, 167; Azeredo, 2000a, 122, 123; Koch, 2000, 87; Miranda, 2000, 154).

Nas línguas do mundo, a modalidade é marcada **menos prototipicamente** em **orações subordinadas** especialmente pela categoria do **modo verbal**, que freqüentemente é marca redundante em relação a marcas já existentes na oração principal (cf. Palmer, 1986, 65).

Recapitulando o que já foi dito anteriormente, pode-se verificar que a categoria da modalidade, considerando suas características semântico-pragmáticas, tem como “membro” **mais prototípico** a **modalidade deôntica** que, por sua vez, associa-se **mais prototipicamente** à produção de atos de fala **diretivos** e **menos prototipicamente** à produção de atos de fala **expressivos**. Considerando as características morfossintáticas da modalidade, esta é **mais prototipicamente** marcada em orações **principais** por meio de **verbos modais** e **menos prototipicamente** marcada em orações **subordinadas** por meio do **modo verbal**.

Tendo esclarecido nossos pressupostos teóricos no que diz respeito à categoria da modalidade, cabe agora esclarecê-los no que tange à categoria do modo.

### 2.2.2

#### Modo

O **modo** pode ser definido como uma categoria expressa na morfologia verbal, ou seja, pode ser definido como uma categoria morfossintática do verbo, como tempo e aspecto (cf. Palmer, 1986, 21), devendo ser caracterizado

como um recurso lingüístico para a expressão da modalidade que é **menos prototípico** em relação a outros recursos, conforme já dito anteriormente. Em outras palavras, o modo deve ser caracterizado como uma categoria que se subordina à “supra-categoria” modalidade (cf. Miranda, 2000, 154), ocupando nesta categoria uma posição pouco central.

De um modo geral, o indicativo é tipicamente não marcado quanto à modalidade, recorrendo em atos de fala assertivos de tipo declarativo. Fica em geral por conta do subjuntivo a indicação de valores modais (cf. Palmer, 1986, 149). É importante enfatizar que essas caracterizações dos modos indicativo e subjuntivo devem ser compreendidas como caracterizações *prototípicas* e não absolutas, visto que muitas línguas valem-se, por exemplo, de tempos do indicativo para marcar modalidade, sendo este, aliás, o caso do português, que o faz, por exemplo, através do futuro do presente e do futuro do pretérito (cf. Câmara Jr., 145, 1996a).

Do ponto de vista semântico-pragmático, o subjuntivo é, em seu emprego mais prototípico, um marcador genérico de modalidade (cf. Palmer, 1986, 39), podendo associar-se às noções semântico-pragmáticas indicadas em geral para a modalidade, conforme ilustram os seguintes exemplos:

(20) *É necessário que Pedro cumpra a prescrição médica.*  
(modalidade deôntica)

(21) *Suponho que Pedro tenha cumprido a prescrição médica.*  
(modalidade epistêmica)

O subjuntivo pode também ser usado em construções fracamente *modais* (cf. exemplo 14) ou até mesmo *não-modais*, como, por exemplo, em:

(22) *Embora esteja cansado, não consigo dormir.*

Tal enunciado poderia ser considerado semanticamente equivalente a um enunciado assertivo declarativo como:

(23) *Estou cansado, mas não consigo dormir.*

As duas construções parecem ter valor semântico muito aproximado e não marcado quanto a valores modais deônticos ou epistêmicos.

Do ponto de vista morfossintático, o subjuntivo aparece mais tipicamente em orações subordinadas (cf. Palmer, 1986, 22), freqüentemente como marca redundante em relação a indicadores modais presentes na oração principal. No entanto, pode aparecer também em orações independentes (cf. “*Talvez ele volte ainda hoje.*”; “*Deus nos abençoe!*”; “*Bons ventos o levem.*”; dentre outras).

De acordo com a classificação de Palmer (1986, cap. 4 e 5), o subjuntivo pode comparecer em orações *complementares*, que funcionam como *sujeitos* ou *objetos* da oração principal; *oblíquas*, que têm uma condição *adverbial* em relação à oração principal; ou *relativas*, que são essencialmente *adjetivas*.

Dentre as orações subordinadas, a expressão da modalidade, marcada pelo subjuntivo, aparece **mais prototipicamente** nas orações **complementares** e nas **oblíquas condicionais** (cf. Palmer, 1986, 189). **Menos prototípica** tende a ser a expressão da modalidade, marcada pelo subjuntivo, nas **oblíquas concessivas, causais e temporais** (cf. Palmer, 1986, 172, 182, 187).

Pode-se dizer, em suma, que o subjuntivo é **mais prototipicamente** usado nas línguas humanas em geral, do ponto de vista semântico-pragmático, como **marcador genérico de modalidade** (epistêmica ou deôntica) e que, do ponto de vista morfossintático, o subjuntivo aparece **mais prototipicamente** em orações **complementares** e **menos prototipicamente** em orações **oblíquas**.

Após elucidarmos nossos pressupostos teóricos no que se refere ao modo e à modalidade, compete-nos agora avaliar a situação específica do subjuntivo em português, à luz dos pressupostos teóricos expostos neste capítulo.